

Portugal 2111

Bem-vindos ao séc. XXII

Um sociólogo, um bioquímico, um biólogo, um sexólogo, um politólogo, um geógrafo, um escritor, um músico, um padre, dois arquitectos: a Pública desafiou vários especialistas a imaginarem como será daqui a 100 anos o Portugal que hoje vai a votos. O exercício que se segue, liberto do espartilho do rigor científico, é uma visão, necessariamente fragmentada, de um país que será mais pequeno, mais velho, estará fora da UE e do euro. Mas também será mais democrático, mais evoluído e menos poluído. Terá mais tempo para o lazer e aprenderá a rezar com as palavras de Pessoa e com a música de Mozart.

Texto **Natália Faria** Ilustração **João Fazenda**



Teremos casas evolutivas que se adaptam aos desejos do corpo, *sprays* em vez de roupa para nos protegermos do frio, das bactérias, dos ultravioletas e até da radioactividade. A comida – que também será medicamento – andará nos nossos bolsos em versão desidratada e compactada. Seremos 10,5 milhões em 2111, depois de termos descido aos 8,7 milhões em 2031, teremos comunidades de idosos felizes no Alentejo, seremos chamados a participar nas decisões políticas – não já no âmbito da União Europeia, que terá colapsado, mas de uma instância de governação à escala mundial. Neste país inventado, os homens rezarão com palavras novas que hoje consideramos improváveis. Agradecerão a Deus as palavras de São Tomás de Aquino e Pessoa, a música de Mozart e as formas de Siza Vieira. “Dar-se-á mais tempo ao silêncio e à alegria.”

Esta é a visão, necessariamente fragmentada, que um conjunto de pessoas da ciência, arquitectura, saúde, ambiente, música e literatura, entre outras áreas, têm de Portugal daqui a 100 anos, em 2111. O que a Pública lhes propunha era um exercício de ficção, sem a obrigatoriedade da verosimilhança e sem pretensões de rigor científico. Uma interpretação livre das pistas que se desenham



actualmente. Em que país estaremos a votar em 2111? Ainda haverá eleições? E as fronteiras, já agora, serão as mesmas? Depois, outras questões: como nos iremos vestir, comer, em que espaços habitaremos, o que será da língua, como rezaremos?

“Gostaria de pensar que o século XXI será o século da qualidade da democracia. Imagino uma cidadania mais activa e envolvida.” O politólogo Carlos Jalali admite a multiplicação de uma experiência já testada em Poznań, na Polónia: “O cidadão de 2111 poderá ser seleccionado para deliberar sobre o uso e forma de financiamento de um novo estádio de futebol, juntamente com outros cidadãos escolhidos a partir de uma amostragem representativa, depois de consultarem entre eles e com especialistas.” Mas os instrumentos representativos que hoje conhecemos – eleições, partidos, deputados – irão desaparecer? “Creio que não. Contudo, serão muito provavelmente diferentes de como os concebemos actualmente”, responde o também director do mestrado em Ciência Política da Universidade de Aveiro, admitindo que daqui a 100 anos, “e porque os problemas são globais”, haja “formas mais explícitas de governação a nível mundial”.

Nasce a União Ibero-Afro-Americana

Pessimista a curto prazo, Jalali antevê “crises, algumas agudas, que obrigarão a repensar a forma de organização da democracia”. Mas, num cenário a 100 anos, acredita que aquela ressurgirá com “novos mecanismos participativos”. Alguns já estão previstos no Livro Verde do Conselho da Europa. Por exemplo: “Quando votamos, não estamos apenas a dar o nosso voto aos partidos mas também a financiá-lo: cada voto vai acompanhado por quatro ou cinco euros. Ora, esse financiamento escondido, que os eleitores em geral desconhecem, poderá ser substituído pela concessão de *vouchers* que permitem que cada cidadão escolha que organização partidária ou da sociedade civil quer financiar.” Outra possibilidade extraída do Livro Verde: a criação de uma lotaria, associada às eleições, em que o eleitor/vencedor ganharia um certo montante para atribuir a um determinado programa de políticas públicas. “Incentivaria o cidadão a votar e iria obrigá-lo a reflectir sobre as políticas públicas.”

Em sentido contrário, da responsabilização dos políticos, os cidadãos poderiam passar a votar em nenhum candidato. “Neste momento, os partidos serem eleitos com mais ou menos abstenção é o mesmo que a General Motors conseguir o mesmo lucro vendendo menos automóveis, observa Jalali. Sem desculpas, porque “as pessoas poderão votar a partir da praia”, ri-se Jalali, para insistir na ideia de que o caminho até à democracia de 2111 “será construído com sacrifícios, retrocesso e avanços, até mesmo crises graves”.

Que o cenário vai piorar antes de começar a melhorar, concorda também o geógrafo Jorge Malheiros, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, para quem a crise vai fazer colapsar a União Europeia e eclipsar o euro. O país manterá as

fronteiras mas inscrever-se-á numa União Ibero-Afro-Americana, ainda segundo Jorge Malheiros. Deixemo-lo colocar-se no papel de um pai que, em 2111, explica História Contemporânea de Portugal à sua filha: “As consequências do défice de crescimento e da crise da dívida pública dos dois primeiros decénios do século XXI deram origem a um período muito complicado. O reforço da liberalização da economia e a ‘flexibilização’ das relações laborais, associada à fraca regulação dos mercados financeiros – nacionais e internacionais – e ao enorme peso nas contas públicas do pagamento dos empréstimos e dos seus juros traduziram-se na perda sucessiva do poder de compra, no aumento imenso do desemprego (eram quase um milhão, os desempregados em 2015); no fundo, numa economia sem estímulos, incapaz de crescer.”

Neste Portugal de Jorge Malheiros, quando surgirem os primeiros sinais de retoma, será a crise europeia dos anos 2020 a causar novo retrocesso. De novo a lição de História: “A União Europeia, fragmentada por um decénio de conflitos e contradições internas, foi incapaz de resistir. A moeda da época (o euro), desestabilizada por ataques especulativos sucessivos e, também, pela incapacidade de uma atitude concertada e solidária no contexto da UE (houve processos vários de entrada e saída de países), foi substituída – temporariamente, é certo – por um regresso a moedas nacionais ou de conjuntos de países.”

Por volta de 2031, Portugal surge com uma população reduzida a 8,7 milhões (menos 1,6 milhões do que em 2011, por via de uma taxa de fecundidade que se manteve insistentemente a roçar 1,1 crianças por mulher fértil. Para a redução populacional contribuiu também a emigração, que, nestas décadas, atingiu um ritmo superior a 120 mil pessoas por ano. É um período que surgirá descrito nos livros de História como as “Décadas Negras”. Que se arrastarão até 2040, ano em que ocorre a “Grande Ruptura”, propulsãoada pelos jovens, afinal os primeiros afectados pelo desemprego e pelas contingências da emigração forçada. “O primeiro marco foi o das eleições de 2027, em que a vitória do Partido da Sustentabilidade Ambiental e Social (PSAS) rompeu com quase 50 anos de um instalado ‘arco da governação’ composto por três partidos – PS, PSD (depois transformado em PPD-PL-Partido Liberal) e PP”, imagina Malheiros.

No contexto internacional, por volta de 2040-50, já a China se impôs como principal potência económica e política mundial. “Os EUA foram perdendo algum protagonismo e a Europa, após o final da experiência da UE, apresentava-se fragmentada e sem força. Perante este quadro, Portugal renovou a sua estratégia conjunta com Espanha – no final do segundo decénio do século XXI já tinham feito parte da UnitedPerif, que juntou os dois estados ibéricos, a Grécia, a Irlanda, a Islândia e a... Finlândia, cuja economia desabou de modo surpreendente em dois anos – e retomou o velho desiderato de uma união ibero-americana, o que tinha a vantagem de beneficiar do potencial das chamadas ‘economias emergentes’ da América Latina, com destaque para o Brasil, e de alguns países africanos.”

Prossigamos com este cenário. Em 2111, a União Ibero-Afro-Americana soma 55 anos de

existência e ainda seis países africanos – Sara (independente desde 2019), Guiné-Bissau, Cabo Verde, Guiné Equatorial, São Tomé e Angola –, 20 latino-americanos e dois europeus, para além de recuperar muitos dos valores mais interessantes da velha UE (livre circulação de pessoas e bens, apoio à aplicação de um modelo social, criação de mecanismos comuns de cooperação e defesa).

Nesta utopia de Jorge Malheiros, o papel do Estado sai reforçado. E, sobretudo, muito mais transparente. Em vez de reduzidos ao voto, os cidadãos recorrem à tecnologia virtual para aceder aos resumos da actividade pública diariamente e verificar os gastos das diferentes entidades semanalmente – também porque passou a ser obrigatória a sua divulgação. “Além disso, as assembleias virtuais permitem influenciar directamente as decisões do governo em matérias-chave. E, felizmente, os políticos e os gestores foram interiorizando – inicialmente à custa de legislação proibitiva e, sobretudo, da penalização por partes dos cidadãos “eleitores” – que saltitar de cargo em cargo, acumular funções ou gerir tráfico de influências não eram compatíveis com as suas funções...”

Teletransporte de água na Ibéria

Num país envelhecido como é Portugal, passa a ser comum sentarem-se quatro gerações da mesma família à mesma mesa. A esperança de vida das mulheres estica-se até aos 116 anos. E, em vez de acantonados em lares, os idosos vivem em aldeias comunitárias por via das quais se fez o repovoamento das áreas do interior de Portugal.

Quando não está nas aldeias – intromete-se Veloso Gomes, especialista em gestão das zonas costeiras –, “a numerosa população idosa procurará, em ambientes controlados junto do mar, uma amenização climática e uma contemplação da paisagem, lembrando com saudade os bons velhos tempos em que o nível do mar estava mais baixo, com menos temporais, e na presença de vastas praias e dunas”. Em 2111, serão frequentes episódios de inundação no Terreiro do Paço, “sempre que ocorram marés vivas, cheias no Tejo ou marés meteorológicas”. “Estradas amovíveis serão colocados e os numerosos turistas chineses gravarão imagens com múltiplas dimensões, incluindo os odores e algumas emoções.” A pensar no risco de o Terreiro do Paço e toda a Baixa pombalina ficarem para sempre submersos, os especialistas trabalham na concepção de “novos veículos flutuantes colectivos, não emissores de poluentes, capazes de circular sem ruído pelos novos canais ladeados de edifícios”.

Por esta altura, “vastias áreas dos sistemas lagunares da ria Formosa e de Aveiro estarão permanentemente submersas e novas zonas húmidas foram naturalmente criadas pelo avanço do mar”. Nos territórios de baixa altitude, os temporais no mar afectarão áreas que estão actualmente a vários quilómetros →



Portugal e Espanha já tinham feito parte da UnitedPerif, com a Grécia, Irlanda, Islândia e... Finlândia, cuja economia desabou de modo surpreendente em dois anos



da costa. A paisagem urbana modifica-se: dezenas de quilómetros de diques artificiais protegem zonas edificadas, quarteirões de algumas vilas e cidades ribeirinhas são demolidos e realocizados de uma forma programada. “Estará em curso um programa nacional de alimentação da costa com areias provenientes de *offshore*”, remata Veloso Gomes.

Em 2111, já Portugal e Espanha se terão unido num grande projecto de teletransporte de água para as regiões mais secas da Ibéria, na visão de Mário Barbosa, director do Instituto Nacional de Engenharia Biomédica. A primeira experiência de teletransporte de um átomo de hélio ocorrera em 2060. Depois disso, são realizadas experiências para transporte de moléculas que redundam no transporte de uma molécula de água entre um laboratório norte-americano e um laboratório chinês. “Tentativas de realizar a mesma experiência entre dois laboratórios ibéricos já tinham sido feitas antes, mas os autores atrasaram-se na publicação dos resultados”, ironiza Mário Barbosa, segundo o qual o teletransporte de água, apesar de várias manifestações contrárias, “foi um sucesso”. Em 2099, a Coca-Cola consegue vender a primeira garrafa teletransportada. “A maior dificuldade fora transportar o segredo, devido à resistência da fábrica-mãe em colocá-lo no ar. Ainda houve uma tentativa de rapto do segredo mas um tetraneto de um anterior presidente dos EUA conseguiu neutralizar o grupo de piratas que ameaçava lançar a fórmula sobre populações que preferiam beber vinho.”

Antes disso, em 2077, a federação mundial de cientistas tinha apelado aos governos que autorizassem a produção de reagentes puros por teletransporte, para fins exclusivamente de investigação. “Depois de uma reacção positiva inicial, foram levantadas várias barreiras, nomeadamente por parte de alguns países que insistiam que os materiais teletransportados deviam ser taxados com IVA. Em 2087, a venda passou a ser autorizada, mas Portugal recusou-se a eliminar o IVA, argumentando que o conhecimento era incorporado em produtos transaccionáveis, como artigos científicos.”

Nesse ano, já 80 por cento da produção científica nacional era publicada em revistas científicas chinesas. Há algum tempo, aliás, que o chinês se transformara na língua de trabalho da comunidade científica internacional. “O primeiro congresso mundial falado inteiramente em Chinês tinha-se realizado no Porto, em 2055. Nele foram abordadas as estratégias regenerativas de vários animais, como salamandras, medusas e estrelas-do-mar, os quais continuavam a servir de inspiração no desenvolvimento de métodos clínicos de regeneração.” Porém, apesar dos progressos científicos, a regeneração de membros e órgãos inteiros ainda só era possível nesses animais. “Apesar de, há mais

de 50 anos ser possível a regeneração parcial do coração, os cientistas acreditam que uma vida saudável é a melhor forma de conservar as funções deste órgão.”

Telemóveis de origem biológica

Em 2111, segundo o bioquímico David Marçal, o entendimento cabal das vias metabólicas – a rede intrincada de transformações que ocorrem nos organismos vivos – permite o surgimento de uma engenharia própria e o desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação globais que são gigantescas redes de células vivas. Neste cenário, a informação transmite-se sob a forma de impulsos eléctricos, alimentadas por estações fotossintéticas. “Os utilizadores usam a rede através de dispositivos orgânicos, que nalguns casos interagem com os próprios impulsos eléctricos do cérebro. Estes interfaces telepáticos são cada vez mais populares.” Tanto podem ser usados para controlar um veículo (que também será feito em materiais biológicos) como para comunicar com outras pessoas. E, lembra Marçal, “como o modo de transmitir a informação é o mesmo tipo de impulsos eléctricos que há entre células nervosas, é possível transmitir ideias e emoções, para além de conteúdos verbais ou visuais”. No fundo, “é como se essa rede de comunicação fosse uma extensão do sistema nervoso do próprio indivíduo, funcionando segundo os mesmos princípios e permitindo transmitir ideias e emoções de um cérebro para o outro”. Mesmo se uma das pessoas está em Portugal e outra na Austrália.

Os dispositivos que desempenham as funções dos telemóveis, das televisões e dos computadores terão uma origem biológica, ou seja, serão feitos de tecidos “produzidos por microrganismos ou plantas com as características físicas adequadas à sua função (por exemplo dureza)”, o que significa que “são biodegradáveis e regeneráveis”. Ou seja, a era dos resíduos de plástico do tempo do petróleo há muito que ficou para trás.

Andar de carro será pior que fumar

O hábito de andar de carro é outro dos que em 2111 fará também parte do passado. “O conceito tradicional de mobilidade, que implica deslocarmos o nosso corpo e recorrer para isso a um aparelho que pesa dez ou vinte vezes mais do que nós para atingir uma determinada velocidade, estará ultrapassado pelas alternativas oferecidas pelo mundo virtual. Teremos uma mudança de mentalidade e, nessa altura, olhar-se-á para as pessoas que insistem em andar de carro de um lado para outro como se olharia hoje para quem se atrevesse a fumar dentro de uma sala de cinema”, compara Tiago Farias, do Instituto Superior Técnico. Por volta de 2050, avança este docente, a meta de reduzir a zero as mortes na estrada estará cumprida e isso vai dever-se tanto ao avanço dos sistemas de comunicação e segurança dos veículos como aos novos conceitos de mobilidade. “Para que é que as pessoas hão-de percorrer milhares de quilómetros e gastar imensos recursos para se deslocarem à China

Em 2111, “sempre que ocorram marés vivas, cheias no Tejo ou marés meteorológicas”, haverá inundações no Terreiro do Paço

se conseguirão fazer-se presentes sem lá ir?” Não é difícil encaixar aqui a visão de um *skype*, versão tridimensional.

Por essa altura, já a profissão deixou de funcionar como marca identitária, segundo Luís Imaginário, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. A relação de cada um com o trabalho terá “carácter intermitente” e “os papéis profissionais (ou ocupacionais) perderam importância relativa face aos outros papéis sociais”, segundo este especialista, que imagina um futuro em que cada cidadão nascerá com um *plafond* destinado a garantir-lhe a subsistência. “Será uma espécie de cartão de crédito ecológico e independente da conta bancária acumulada pelo rendimento do emprego e do trabalho.”

No campo da Educação, a escolaridade obrigatória é de 20 anos e, mesmo assim, o conceito da aprendizagem ao longo da vida há muito que se institucionalizou. O “Ministério dos Saberes”, idealizado pelo sociólogo Elísio Estanque, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, prevê que cada cidadão possa interromper a sua carreira profissional durante um período variável (entre dois a cinco anos) para frequentar a universidade.

Os alunos que no âmbito da sua formação se disponibilizem para fazer voluntariado de apoio aos excluídos e pobres recebem “créditos de lazer” que acumulam no chamado Banco de Serviços. Cada cidadão/voluntário pode, ainda segundo Estaque, “optar por receber esses créditos em serviços – por exemplo, limpezas – ou na forma de complemento salarial. Estes serão certificados sob a forma de ‘títulos de troca’, que têm valor monetário mas não convertível em dinheiro vivo, ou seja, os títulos de troca – também conhecidos por “bilhetes solidários” – expressam o nível de dedicação de cada um a actividades de ajuda ou formas concretas de dádiva; enquanto o dinheiro vivo e as “posses” revelam o estatuto de poder que os membros da elite (ou o *status* dos executivos de topo) podem ostentar.

Casas que reagem ao corpo

No que às cidades diz respeito, a cada um a sua. “Nós entendemos as cidades como uma forma definida, mas penso que elas funcionarão em rede e o cidadão do futuro poderá personalizar a sua cidade. Poderá ter o bairro onde vive em Lisboa, o bairro onde trabalha em Paris e aquele onde se encontra com os amigos em Barcelona e isso será possível cruzando transportes *low cost* ou mecanismos de telepresença”, projecta Gonçalo Furtado, professor do programa de mestrado e doutoramento da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. É, no fundo, uma evolução para “uma complexa geografia em rede, composta por centros e núcleos, assim como tecidos urbanos difusos, em que não se distingue a fronteira entre o local e o global, o natural e o artificial, e o físico e o virtual”. →



Manuel António Pina, escritor,
vencedor do Prémio Camões 2011

Que português falaremos?

O futuro distante interessa-me pouco, a mim e à minha imaginação. Na verdade, prefiro (e a minha imaginação também) imaginar o presente. Aceitando, no entanto, as regras do concreto jogo que me é proposto, não vejo que 100 anos sejam muito tempo, pelo menos tempo suficiente para acontecerem coisas catastróficas num domínio como o da língua.

Isto muito embora o tempo tenha acelerado muito e 100 anos sejam hoje muito mais tempo do que, por exemplo, os 100 anos que mediarão entre 1911 e 2011 ou entre 1811 e 1911. De qualquer modo, não se me afigura que o quotidiano linguístico seja de natureza substancialmente diferente do que vai já progressivamente sendo hoje.

Talvez apenas características já actualmente reconhecíveis se alarguem e aprofundem, como a erosão, com o desenvolvimento e a generalização de alternativas “gráficas” (no sentido anglo-saxónico da palavra) ao livro, da importância e “valor” (isto é, do “crédito”) da palavra escrita. Acho, porém, que a notícia da morte do livro é talvez um pouco exagerada. Imagino que acontecerá com o livro algo semelhante ao que aconteceu quando, com o aparecimento da fotografia, foi anunciada a morte da pintura, com o aparecimento do cinema foi anunciada a morte da fotografia ou com o aparecimento da televisão foi anunciada a morte do cinema: verificar-se-ão ajustamentos mais ou menos conflituais, mas continuará a haver lugar para todos (não se deve desprezar a capacidade de adaptação que o livro tem, desde o rolo primitivo, revelado).

As línguas nacionais serão cada vez mais aceleradamente influenciadas pelas versões mais simples e elementares – vocabulário, construção, estrutura gramatical – da língua franca do comércio internacional, da cultura pop e da tecnologia, que é o inglês. Línguas emergentes na economia e comércio internacionais como o chinês podem ter semelhante papel no próprio inglês, tanto quanto o inglês vai já tendo nelas. Como na generalidade de outros países, os jovens portugueses falam já hoje, no dia-a-dia, um português cheio de vocábulos ingleses aportuguesados, alguns dos quais já com lugar nos

dicionários. Seguidamente virão construções linguísticas completas e, então, falar-se-ão, por um lado, na rua e, por outro, em meios linguísticos específicos (económico, tecnológico, científico, talvez artístico) idioletos que poderíamos, à maneira do “franglais” de Etienne, designar por “portinglês”.

Mas, mais importante, o português, como outras línguas nacionais, será decerto profundamente enriquecido com palavras e construções linguísticas novas, que é o mesmo que dizer que com novas maneiras de perceber o mundo e de se relacionar com ele. Durante muitos séculos, a guerra e as ocupações militares foram os principais veículos das trocas linguísticas entre os diferentes povos e culturas que asseguraram a vitalidade das línguas faladas. Hoje, e no decurso dos próximos 100 anos certamente também, o comércio, as tecnologias, o turismo e a cultura desempenharão esse papel de uma forma intensa e constante.

E em 2111 os netos dos nossos netos falarão provavelmente um português contaminado pelo vocabulário inglês e pelos das principais línguas da imigração, ao mesmo tempo que pelas pronúncias brasileira e africana, mais rico, mais dúctil e tão mutante quanto então for, e será de certeza, a própria realidade comunicacional e cultural.

Como serão as nossas cidades?

Modo descontraído de encarar a ansiedade de “desejo de futuro” para 2111: olharmos, comparativamente, o passado, à igual distância de 100 anos.

Mais que a arquitectura ou as suas qualidades próprias, o que terá mudado terá sido o acesso ao conforto e a equidade na distribuição dos benefícios resultantes da mesma arquitectura; já em relação às cidades, será o seu enorme crescimento, muito motivado pelas melhores condições de habitação, conjugadas com a desruralização sucessiva, mas também pela generalização do uso automóvel.

Em 1911, o habitar de grande percentagem da população era consideravelmente pior que hoje. A salubridade era inexistente nos “pátios” e “vilas” de Lisboa ou nas “ilhas” do Porto, onde se acumulava a força de trabalho necessária à incipiente industrialização, com as latrinas numa barraca ao fundo. A sobrelotação era também expressiva em todos os bairros dessas cidades. No mundo rural, o total desconforto, à mistura com animais; aldeias cujas sobras, hoje anacrónicas, fazem as delícias da urbanidade nostálgica de um universo que o salazarismo mitificou e exauriu e a UE desmantelou.

A arquitectura contribuiu, claro, para a melhoria do conjunto. Novos materiais, depois da I Guerra, conjugados de um modo novo, concordante com as suas outras possibilidades, tornaram economicamente possível abreviar soluções para o problema da habitação. Cozinhas, sanitários, quartos separados para pais e filhos, espaços de estar ou refeições, arejamento, electricidade, elevadores, telefone, são “comodidades” que não existiam há 100 anos, senão para uma pequeníssima elite.

Mas para os privilegiados de 1911 que habitassem um andar pombalino em Lisboa ou uma casa almadina, no Porto, arquitecturas de austera neutralidade espacial, com generosas janelas, boas portadas, lindos azulejos, largas tábuas de soalho sobre sólido vigamento, que mudança terá trazido o tecnológico século XX? À entrada do século, tinham águas correntes e esgotos quando chegou a nova forma de energia, a electricidade: postes nas ruas, umas caixas nas entradas, roços pelas paredes, alguns fios mais teimosamente à vista, estuques tardo-românticos a esconder tudo e a ramalhetar o lugar de candelabros magicamente incandescentes. No final do século, redes de dados, cabo, fibra óptica, com trapalhonas “calhas

técnicas” a denunciar os percursos; logo a seguir o *wireless*, a fazer prever a possibilidade de um mundo menos confuso de fios, alimentações, transformações de corrente, poder continuar instalado nos confortáveis apartamentos pós-terramoto.

Nem os frigoríficos, as máquinas de lavar ou a pílula, grandes invenções que puseram a mulher fora de casa, no mercado de trabalho, mais liberta da autoridade masculina, responsáveis (com a especulação imobiliária) pelo rápido “encolhimento” dos novos espaços domésticos, vieram alterar a serenidade de uma cozinha pombalina brilhante de cerâmica esmaltada, o chão impermeabilizado com mosaicos industriais desde o final de XIX.

Em Outubro de 1906 existiram em Portugal 800 automóveis ligeiros; em 1921 (quando no Anuário Estatístico se iniciaram os registos relativos a estes veículos), um total de 6555 (ligeiros e pesados); em 1998, são referidos 6.088.529. Ainda que as antigas cidades se tenham mostrado, como a sua arquitectura, perfeitamente adaptáveis à chegada das tecnologias (gás, electricidade, telefone, televisão, Internet), a extensão do novo foi subservientemente sendo decidida, depois da II Guerra, em função do transporte individual e das suas exclusivas exigências, muito consumidoras de espaço. Também os centros históricos, muito pelo espaço ocupado pelo automóvel, se pedonalizam, museificam, turistificam e desertificam, contribuindo para a implosão do conceito de periferia. Em 1911, a bicicleta era um luxo de *sportmen* que brincavam ao Central Park no Campo Grande; depois popularizou-se, acantonando-se quase exclusivamente na classe operária; hoje voltou a ser tolerada, mas como desporto e em pistas próprias, onde não perturbe o automóvel.

Em 2011, a Segway (o único dos individuais de novo tipo com uma certa penetração) custa mais de 5000 euros, é pesada, depende ainda de caras e caprichosas baterias e apenas é usada por turistas ou polícias de giro em centros comerciais.

Por analogia, dado o bloqueio do espaço disponível, poderemos prever que qualquer solução desse tipo, mais ou menos intuitiva, ligeira e barata, provavelmente feita na China, dada a relutância ocidental em inventar o que verdadeiramente nos faz falta, se possa vir a banalizar ao longo do século, dando às ruas e avenidas um uso novo por cima do seu longo passado histórico, o que só relevará das qualidades do desenho das cidades.

O transporte público, depois de décadas de escavações para que os comboios pesados (metro) não perturbassem a circulação à superfície, reúne agora um consenso reformista semelhante ao que possibilitou no século XX um avanço no problema da habitação. É de prever que novas formas de energia, muito mais baratas e limpas, associadas a redes mais complexas, possam vir a assegurar o transporte de massas, no futuro, como já, em alguns casos, o metro ligeiro de superfície.

Os bocados soltos de absurda cidade viária (vias rápidas, túneis, viadutos, trevos e laçadas), maioritariamente promovidos no último quartel de XX, terão de vir a ser reconvertidos em aprazíveis espaços novos (ou tão-só simples *boulevards*), com árvores, vida de rua e transportes (económicos, fáceis e colectivos), correndo a meio, rodeados pela moldura construída que nos possibilita ultrapassar a agressividade da natureza, no constante exercício democrático e solidário do vivermos juntos. Em 2111, espero (se não viver numa nova casa, barata, de custo e manutenção, num trigésimo piso, ao lado do antigo Eixo norte-sul, a olhar o Tejo e os velozes transportes, sobre almofadas de ar, unindo Mafra a Setúbal, casa cujo desenho assegure, para que ainda responda às necessidades de Venustas, proporção e modo de receber a luz que sempre nos acompanharam), poder continuar num andar pombalino, a trocar a disposição dos quartos com as salas, a escrever ou a ler, ouvindo Bach num cadeirão de veludo *grenat* junto a altas janelas de madeira, ao fresco da manhã, a Segway guardada no quarto “independente”, que dá para a escada, antes de sair para almoçar no velho João do grão.



Nas cidades difusas do futuro, “continuarão a brotar construções, espaços físicos destinados a abrigar os nossos corpos”. Mas a arquitectura dos edifícios deixará de estar refém das utopias que marcaram o passado: a vertical, “possibilitada pelo aço e pelo elevador”, e a “utopia horizontal dos subúrbios, possibilitada pelo carro”.

Quanto às casas, serão espaços “otimizáveis, efêmeros, multifuncionais quando não flexíveis”. Feitos “para obedecer aos nossos desejos de fluidez, transitoriedade e hibridez”, prossegue Gonçalo Furtado, para enunciar: “O espaço vai ser mutante para se adaptar aos desejos do nosso corpo.”

Na prática, em vez de betão, uma parede poderá ser de vapor ou um holograma. “Através de mecanismos de robótica, que deformam o espaço, ou de mecanismos de realidade aumentada ou ampliada, que funcionam como uma espécie de holografia, os espaços terão uma dimensão humana e de interactividade: uma parede pode ser feita por uma imagem, o tecto pode baixar ou subir para satisfazer os nossos desejos de conforto, os próprios cheiros poderão ser utilizados para modelar a nossa experiência”, ilustra este arquitecto.

O mais certo é que edifícios assim se ponham a questionar as fronteiras do interior-exterior. “Edifícios panfletando o seu *star-system* e por vezes repletos de *gadgets* e dispositivos electrónicos que permitem expandir a sua *performance* para além dos limites físicos das suas paredes.” Porém, “reduzidos à imagética do espectáculo, de construção expedita e sobretudo anónimos de humanidade”, escreve o arquitecto, que imagina um futuro marcado por espaços em permanente reconfiguração “de acordo com os desejos e os *biofeedbacks* do nosso corpo”.

Nestas casas do século XXII, as lâmpadas serão objecto obsoleto, porque “os tectos e as paredes serão revestidos com tecidos que produzem luz quando atravessados por corrente eléctrica”, acrescenta Braz Costa, director-geral do Citeve-Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal.

Os ferros de engomar também se eclipsarão do reduto doméstico, subsistindo na memória colectiva apenas como símbolo da subjugação feminina e do tolo desperdício de tempo de que enfermava o século anterior. No léxico do novo século, as palavras “vincos” ou “amarrotados” não fazem sentido aplicadas a tecidos, porque, por volta de 2020, a técnica de fabrico *wash & wear* universalizou-se e eliminou a passagem a ferro.

Do mesmo modo, e por causa da crónica escassez de água, as máquinas de lavar roupa – grandes consumidoras deste recurso – há muitos anos que deixaram de integrar o leque de electrodomésticos, o que foi possível devido ao fabrico em série de tecidos com funções de autolimpeza.

“Esta coisa de gastar rios de água para lavar e montes de energia para aquecer essa água que usamos para lavar vai mudar radicalmente, não daqui a 100 mas daqui a 50 anos ou menos”, sustenta Braz Costa. As funções de autolimpeza (que começaram por ser testadas em fogões dotados de revestimento catalítico – espécie de película antiaderente que não deixa o sujo agarrar-se) começaram por ver a sua eficácia

comprovada nos assentos de autocarros, comboios, táxis e metros, os quais, a partir de meados de 2050, passaram a poder ser programados para iniciarem os sistemas automáticos de autolimpeza durante a noite.

Esta inovação foi, aliás, um marco fundamental na democratização dos transportes públicos por causa da correspondente garantia de que, a cada manhã, os assentos tinham sido extirpados de quaisquer impurezas ou bactérias propagadoras de doenças.

“Sprays” em vez de roupa

Por esta altura, qualquer cidadão que costume praticar *jogging* não dispensará a sua *T-shirt* terapêutica, a qual tratará de o alertar para a necessidade de abrandar a corrida quando o ritmo cardíaco acelera demasiado. Não é ficção científica. “Portugal é um país que já tem no mercado *T-shirts* que fazem electrocardiogramas. Começou por ser um colete, o chamado Vital Jacket, que parecia o colete de um fotógrafo, tal a quantidade de elementos electrónicos que era preciso ter nos bolsos, o equivalente a três quilos de material, e hoje é uma *T-shirt* que tem na bainha um dispositivo menor que uma caixa de fósforos que armazena toda a informação necessária”, sublinha o director-geral do Citeve, apontando ainda a existência de meias capazes de fazer a sensorização do ritmo cardíaco, da temperatura e da humidade.

Por volta de 2050, estas soluções farão parte do quotidiano de qualquer cidadão. Na roupa de cama como no vestuário, as escolhas far-se-ão de acordo com as funcionalidades terapêuticas pretendidas. Estas começaram no campo da aromaterapia (os lençóis dotados de microcápsulas de menta, um composto que estimula a circulação sanguínea e, por consequência, retarda o aparecimento da celulite foram um sucesso de venda) e alargaram-se até ao campo da medicina.

“Os tecidos adelgaçantes como é que funcionam? Têm umas microcápsulas, espécie de ovinhos muito pequeninos, à escala da milésima de milímetros, contendo uma gotinha de uma substância adelgaçante. Com o uso e com a fricção, esses ovinhos vão-se partindo e libertando a tal substância activa. Hoje, já existem protótipos de *T-shirts* com microcápsulas de insulina para os diabéticos e, do mesmo modo, é possível criar vestuário capaz de transmitir ao corpo humano as moléculas que ele devia produzir e que, por alguma razão, não produz ou deixou de produzir.”

Roupas em substituição de alguns medicamentos, portanto. E, mais do que isso, a indumentária de 2111 compor-se-á por peças que protegem quem as enverga “de tudo o que é agressão exterior: raios ultravioletas, bactérias, radioactividade...”.

E isto numa visão conservadora, porque Brás Costa imagina um século XXII em que as pessoas se vestem com *sprays*. “Há já experiências no sentido de as pessoas com uma latinha de *spray* conseguirem proteger-se do frio, dos →



Vai haver uma mudança de mentalidade e olhar-se-á para as pessoas que andam de carro como se olharia hoje para quem fumasse numa sala de cinema



Haverá lençóis dotados de microcápsulas de menta, um composto que estimula a circulação sanguínea e retarda o aparecimento da celulite

ultravioletas, enfim... Mas essas experiências estão numa fase pré-competitiva, porque mesmo havendo a tecnologia é preciso mudar as mentalidades do consumidor. Repare: a Renault fez um protótipo de um carro eléctrico nos anos 1920 e essa experiência não avançou antes porque as pessoas não estavam preparadas para isso.”

Com *spray* ou com tecidos, há uma coisa que não vai mudar: a moda. “Daqui a 100 anos, a relação das pessoas com o vestuário vai continuar a ter como grande *driver* a moda, a estética, o *status*, o *glamour* que as peças têm.”

A comida como medicamento

Daqui a 100 anos, as pessoas continuarão a sentar-se à mesa e as refeições continuarão a ser um acto social e pretexto para convívio familiar ou entre amigos. Mas menos do que hoje. “A alimentação tem uma componente lúdica e de prazer e acho que isso não se vai perder, ou seja, ingerir os nutrientes necessários vai continuar a ser um motivo para as pessoas se encontrarem, mas isso vai conviver com outras formas de ingerir alimentos, muito mais funcional, e, por outro lado, o aspecto com que a comida chega a nossa casa também vai mudar”, avisa José Teixeira, do Departamento de Engenharia Biológica da Universidade do Minho. Como será então a comida do futuro? “Estaremos todos a comprar comida em versão desidratada e compactada, que até poderemos transportar nos bolsos, e à qual teremos apenas de adicionar água no momento de a consumir”, admite este professor catedrático. Não será difícil assim perceber que os hipermercados se parecerão mais com farmácias. Aliás, muito antes de 2111, as embalagens que usamos hoje para acondicionar a fruta nos supermercados terão desaparecido. Não é ficção: as embalagens do futuro passarão por soluções como a já testada recentemente na Universidade do Minho, em que as maçãs, em vez de serem en-sacadas, foram pulverizadas com um *spray* que cria em torno delas uma nanopelícula invisível que, sem lhe alertar o gosto nem o cheiro, a

protege de ser invadida por microrganismos ou agentes químicos que a possam deteriorar. “Essa solução tem ainda a vantagem de fazer com que a maçã demore mais tempo a secar, porque limita a evaporação da água que o fruto contém”, explicita José Teixeira, para quem o mais provável é que estas embalagens em forma de nanopelículas evoluam no sentido de garantirem a incorporação nos alimentos de compostos bioactivos ou funcionais, antioxidantes, agentes antibacterianos e o mais que se venha a revelar necessário.

“A comida vai ser mais funcional, vai ser o nosso medicamento e, por isso, os alimentos vão poder ser feitos à medida de cada um, ou seja, será nutrigenómica, o que será possível por via de tecnologias que nos dirão: ‘Você hoje precisa de uma dieta mais rica em proteínas ou em hidratos de carbono porque vai correr mais’.”

Cada indivíduo com a sua banda sonora

Neste país do futuro – em que, como vaticina o sexólogo Júlio Machado Vaz, “as famílias se organizam à volta dos afectos e continuarão fragmentadas como hoje em dia”, e em que “as pessoas defenderão na teoria procedimentos ‘científicos’ para encontrar a relação viável e continuarão na prática a apaixonar-se por gente que promete ‘navegação difícil’” –, cada indivíduo andarà acompanhado da sua própria banda sonora, na visão de Adolfo Luxúria Canibal.

“As pessoas poderão incorporar uma espécie de *chip* que as acompanha em permanência e que é programável no sentido de permitir que a música as acompanhe na sua circulação quotidiana, no espaço público e privado, sem que as diferentes músicas individuais criem uma amálgama sonora insuportável, porque só serão ouvidas por quem as escolheu.”

Apesar da omnipresença da música, as aparelhagens sonoras terão desaparecido. “A tecnologia disponível permitirá que, de forma pré-programada, a música se accione automaticamente quando uma pessoa entra nas diferentes

divisões”, prevê Luxúria Canibal, imaginando músicas onde predominam sons “cada vez mais sintetizados, quer sejam de pássaros, água, pedra contra pau, quer sejam sons novos, fruto de sintetização electrónica”. Estes novos sons serão algo de novo. “Sons perfeitamente sintetizados que ultrapassarão as actuais escalas de catalogação, ocidentais ou orientais.”

Do mesmo modo que não haverá aparelhagens musicais, alguém declarar-se músico profissional soará anacrónico, porque aquilo em que Adolfo Luxúria gosta de acreditar é num novo paradigma em que “a sobrevivência não estará indexada a um salário e a um emprego”. Logo, cada um disporá do seu tempo para se dedicar ao que lhe dá prazer. “A criação musical será algo de profundamente colectivo, isto é, toda a gente poderá criar música e isso não será profissão de ninguém, fará parte do lado criativo que toda a gente vai adquirir.”

Rezar com Tomás de Aquino e Pessoa

Será talvez uma das formas de se conectarem com Deus. Nesta era da técnica, “os homens aprenderão a rezar”, segundo o padre e poeta José Tolentino Mendonça. Deixemo-nos conduzir por ele:

“Daqui a 100 anos, a palavra ‘religião’ será mais usada do que é hoje, por um maior número de mulheres e de homens e com mais prazer.

As religiões tornar-se-ão mais espirituais.

Os homens aprenderão a rezar na era da técnica. E rezarão com palavras novas que hoje consideramos improváveis. Ao lado das grandes orações bíblicas, tomarão as palavras dos poetas e dos escritores do seu tempo. Inventarão novos vocábulos. Darão maior atenção ao corpo na oração.

Continuaremos todos a dizer: ‘A nossa necessidade de consolação é impossível de satisfazer.’ Mas também: ‘Bem-aventurados os que têm sede.’

Os crentes perceberão que tudo o que ilumina o enigma nos aproxima de Deus. E, por isso, agradecerão a Deus São Tomás de Aquino e Fernando Pessoa, a música de Mozart e o silêncio de um monge, as formas de Siza Vieira e a erótica de Jean-Luc Marion, as mãos de Rodin ou de José Pedro Croft e as mãos de Madre Teresa de Calcutá.

A par da Verdade e do Bem tornar-se-á universalmente evidente que a Beleza é um caminho para Deus.

Dar-se-á mais tempo ao silêncio e à alegria. O corpo será finalmente incluído na trajectória espiritual.

As comunidades crentes serão menos massificadas e mais inclusivas da singularidade.

Leremos com maior abertura e sabedoria os textos sagrados uns dos outros. Mas também o grande livro sagrado que é a criação.

Redescobrir-se-á o sentido dos ritos. Tornaremos a dar valor à iniciação e aos rituais de passagem.

Redescobrir-se-á o sentido da itinerância e da peregrinação. Os velhos caminhos de peregrinação, que séculos de racionalismo esvaziaram, voltarão a encher-se de vozes e de passos.”

Bem-vindos, portanto, ao século XXII. ●



Portugal 2111 Um país inventado



Eleições

Portugal em 2111, um exercício de ficção

